



REDEFININDO A EXISTÊNCIA: PÓS-HUMANISMO, FILTRO BOLHA E A CRISE DA AUTONOMIA HUMANA

REDEFINING EXISTENCE: POST-HUMANISM, FILTER BUBBLE, AND THE CRISIS OF HUMAN AUTONOMY

DOI: 10.5281/zenodo.14212445

Eliei Rocha Dorneles¹

RESUMO: A presente pesquisa investiga as profundas transformações impostas pelas tecnologias digitais na identidade e autonomia humana, focando em fenômenos como o pós-humanismo, o filtro de bolhas, a personalização algorítmica e a emergência de uma civilização artificial. Esses fenômenos redefinem a existência e a capacidade de autonomia de pensamento, destacando uma lacuna crítica na compreensão de suas implicações sociais. O estudo adota uma abordagem hipotético-dedutiva, fundamentada em análise bibliográfica sobre a temática. As conclusões do estudo sugerem uma erosão significativa na capacidade de pensamento autônomo, questionando a validade do princípio cartesiano "Cogito, ergo sum". Este resultado conecta-se diretamente ao problema investigado e às estratégias metodológicas utilizadas, revelando um cenário onde a digitalização pode estar comprometendo fundamentalmente a autonomia individual e a participação democrática.

Palavras-chave: Pós-Humanismo; Personalização Algorítmica; Autonomia Humana; Civilização Artificial.

ABSTRACT: The present research investigates the profound transformations imposed by digital technologies on human identity and autonomy, focusing on phenomena such as post-humanism, the filter bubble, algorithmic personalization, and the emergence of an artificial civilization. These phenomena redefine existence and the capacity for autonomous thinking, highlighting a critical gap in understanding their social implications. The study adopts a hypothetical-deductive approach, grounded in bibliographic analysis on the subject. The conclusions of the study suggest a significant erosion in the capacity for autonomous thinking, questioning the validity of the Cartesian principle "Cogito, ergo sum." This result directly connects to the investigated problem and the methodological strategies used, revealing a scenario where digitalization may be fundamentally compromising individual autonomy and democratic participation.

Key-words: Post-Humanism; Algorithmic Personalization; Human Autonomy; Artificial Civilization.

1. INTRODUÇÃO

¹Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Mestrando em Direito



A história humana sempre tem, em cada um dos seus momentos específicos, suas marcas. No momento atual, a interseção entre tecnologia digital e existência humana é sua característica específica. É que as novas tecnologias passaram a ocupar um lugar central da vida humana e estão criando novas possibilidades de realização, mas também chamando a atenção para os seus riscos e para suas implicações. O motivo é que os avanços tecnológicos das últimas décadas alteraram significativamente a forma como o mundo se constitui e fez emergir novos fenômenos específicos. Entre estes, destacam-se o chamado o pós-humanismo, o filtro bolhas, a personalização algorítmica e o nascimento de uma civilização artificial. Estes fenômenos são relevantes por que estão redefinindo a nossa identidade, restringindo a nossa autonomia e fragilizando o papel político exercido pela esfera pública.

O pós-humanismo emerge como uma corrente filosófica que desafia as fronteiras tradicionais entre humano e não humano, questionando a centralidade do sujeito humano na compreensão do mundo. Desta forma, pode-se dizer que a tecnologia digital está nos conduzindo a uma era pós-humanista, na qual a fusão entre seres humanos e máquinas é cada vez mais evidente. Essa transformação radical levanta questões profundas sobre a natureza da identidade e da existência humana.

Paralelamente, o fenômeno do filtro bolhas destaca a crescente fragmentação da realidade digital e suas implicações para a esfera pública e o debate democrático. À medida que algoritmos de recomendação de conteúdo filtram e personalizam a informação com base nas preferências individuais dos usuários, a diversidade de perspectivas é comprometida, favorecendo a polarização e a desinformação.

A personalização algorítmica, por sua vez, molda ativamente a experiência digital de cada usuário, influenciando suas percepções e escolhas. Ao priorizar o conteúdo com base no histórico de navegação e interações do usuário, esses algoritmos reforçam bolhas de filtragem cognitiva, limitando a exposição a perspectivas divergentes e desafiando a autonomia do pensamento individual.



No tocante à civilização artificial, refere-se a uma sociedade profundamente transformada pela inteligência artificial, onde a autonomia e capacidades das máquinas redefinem a existência humana. Nesta nova ordem, a IA não apenas auxilia, mas também substitui funções humanas, criando um cenário onde humanos e tecnologia coexistem com governança e interações reconfiguradas.

Nesse contexto, o presente texto tem em vista investigar o impacto desses fenômenos na capacidade de pensamento individual e na noção de existência. Por meio de uma análise crítica e interdisciplinar, busca-se examinar como o avanço do pós-humanismo, o fenômeno do filtro bolhas, a personalização algorítmica e o nascimento da civilização artificial estão reconfigurando a experiência humana na era digital. A hipótese subjacente a este estudo é que esses fenômenos estão contribuindo para uma diminuição da capacidade do sujeito de pensar de forma autônoma, levantando questões sobre a validade da máxima cartesiana "*Cogito, ergo sum*" (Penso, logo existo).

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho foi de abordagem hipotético-dedutivo. Esta abordagem possui fundamento em uma pesquisa bibliográfica voltada para a análise do Pós-Humanismo, Filtro Bolha, Personificação Algorítmica e Civilização Artificial.

2. PÓS-HUMANISMO E A DESCONSTRUÇÃO DA MATERIALIDADE

O pós-humanismo representa uma ruptura radical com as concepções tradicionais de identidade e corporeidade, desafiando a dicotomia entre humano e não humano. Avanços em áreas como inteligência artificial, biotecnologia e realidade aumentada estão tornando essa fusão cada vez mais tangível, levantando questões sobre a natureza da individualidade e da autonomia. Nesse sentido, a noção de existência humana está sendo redefinida, abrindo espaço para uma multiplicidade de identidades e formas de ser.

Tendo em vista que as formas de interações interpessoais têm se transferido para o ambiente online, Faustino (2023) argumenta que o indivíduo na Sociedade do Silício é descrito como pós-humano, robótico e altamente conectado. Ele é caracterizado por estar



"respirando por aparelhos", sendo esses aparelhos, principalmente, máquinas computacionais tecnológicas e a internet, que se tornam essenciais para sua existência.

Ademais, observa-se um incremento no número de indivíduos que sustentam a perspectiva de que as redes sociais exercem uma influência excessiva sobre os diálogos sociais e políticos significativos. Adicionalmente, um segmento crescente da população reconhece que uma parcela considerável de tempo é dedicada à interação em dispositivos eletrônicos sob o pretexto de "socialização" online. Essa prática, contudo, revela-se paradoxalmente como um vetor de isolamento, tanto interpessoal quanto do ambiente natural circundante (DEIBERT, 2019).

Nesse ambiente digital, onde o indivíduo se insere como usuário, observa-se uma transformação fundamental: deixa-se de ser puramente humano para assumir uma nova condição, a de pós-humano, configurada por dados e algoritmos. Esta metamorfose digital é marcada pela perda da corporeidade, elemento essencialmente presente nas revoluções históricas por direitos. Na esfera online, essa corporeidade é substituída por representações digitais, o que nos distancia da autonomia conquistada. Assim, no reino virtual, a essência humana não apenas se transforma, mas corre o risco de ser alterada, deslocando o ser humano de protagonista a mero dado em um vasto oceano digital.

Para Han (2022), esse regime informacional online é palco de uma vigilância intensiva, onde os dados dos usuários são meticulosamente analisados. Distanciando-se das teorias de biopolítica de Foucault, que não previu este desenvolvimento, o regime da informação não tem como foco o corpo humano. Em vez disso, ele se concentra na psique, exercendo uma psicopolítica. Neste contexto, o corpo se torna primordialmente um objeto de estética e fitness. No capitalismo ocidental da informação, o corpo está largamente isento do poder disciplinar que antes o moldava como uma máquina de trabalho. Agora, ele é predominantemente cooptado pela indústria da beleza, marcando uma transição de sua subjugação tradicional para uma nova forma de consumo e apresentação visual.

Em vez de encerramentos e conclusões definitivas, emergem novas aberturas. As tradicionais celas isoladas são suplantadas por extensas redes de comunicação. A visibilidade



é reconfigurada: não mais é resultante do isolamento, mas sim da conexão. As técnicas digitais transformam a comunicação em uma ferramenta de vigilância. À medida que geramos mais dados e intensificamos nossa comunicação, a eficácia da vigilância se amplifica, delineando um panorama onde a interatividade é sinônimo de monitoramento (HAN, 2022).

Nesse contexto, pode-se dizer que o pós-humanismo emerge como uma era na qual o corpo humano é marginalizado em favor da tecnologia, especialmente da inteligência artificial e da automação. Essa transição é impulsionada pela rápida evolução digital, que está redefinindo nossa interação com o mundo. O pós-humanismo desafia a centralidade do corpo humano, promovendo uma visão na qual a tecnologia domina a vida e a consciência humana. Essa mudança não apenas afeta nossas decisões e interações políticas, mas também redefine nossa compreensão da própria humanidade, sugerindo uma existência cada vez mais desvinculada da materialidade física (LASSALE, 2019).

Isso implica, conforme sustenta Pérez Luño (2020), que o pós-humanismo visa transcender os limites naturais, biológicos ou sociais que atualmente condicionam o pleno desenvolvimento da existência. Esta abordagem implica a versão mais robusta das projeções tecnocientíficas para o contexto humano, não hesitando em sugerir a substituição do paradigma humanista pelo paradigma pós-humanista.

Assim, no século XXI, a humanidade se empenha em um ambicioso projeto de adquirir capacidades divinas de criação e destruição, visando elevar o *Homo sapiens* à categoria de *Homo deus*. A busca por reengenharia do corpo e da mente visa transcender principalmente a velhice, a morte e a infelicidade. Contudo, uma vez alcançada essa capacidade, surge a indagação sobre seus usos potenciais. Nesse contexto, é plausível considerar que a nova agenda humana consiste, essencialmente, em um único projeto, com múltiplos desdobramentos, cujo objetivo central é a busca pela divindade (HARARI, 2016).

Infere-se, dessa forma, que o pós-humanismo emerge como uma transformação radical nas concepções de identidade e corporeidade, desafiando a dicotomia entre humano e não humano. Avanços em áreas como inteligência artificial, biotecnologia e realidade aumentada tornam essa fusão tangível, questionando a natureza da individualidade e da autonomia. A



noção de existência humana está sendo redefinida, abrindo espaço para uma multiplicidade de identidades e formas de ser. Nesse contexto, a marginalização do corpo humano em favor da tecnologia, promovida pelo pós-humanismo, não apenas redefine nossa compreensão da humanidade, mas também nos impulsiona em direção a uma existência desvinculada da materialidade física.

3. ESPELHOS ALGORÍTMICOS: REFLEXÕES SOBRE PERSONALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

A personalização algorítmica molda ativamente a experiência digital de cada usuário, influenciando suas percepções e escolhas. Algoritmos de recomendação de conteúdo, presentes em plataformas de busca, redes sociais e serviços de streaming, priorizam o conteúdo com base no histórico de navegação e interações do usuário. Essa personalização reforça bolhas de filtragem cognitiva, limitando a exposição a perspectivas divergentes e desafiando a autonomia do pensamento individual. Além disso, a falta de transparência e prestação de contas por parte das empresas de tecnologia quanto ao funcionamento e aos critérios de seus algoritmos intensifica essas preocupações, exacerbando as desigualdades de poder e acesso à informação.

Byung Chul-Han (2022), ao abordar os filtros bolha sob a perspectiva de Eli Pariser, argumenta que é a personalização algorítmica da rede que compromete o espaço público. Os filtros de internet da nova geração analisam as preferências do usuário, como sua atividade na rede e suas interações, para gerar prognósticos sobre sua personalidade e prever seus próximos interesses e ações. Assim, essas máquinas produzem um universo de informações único para cada usuário, criando uma "bolha de filtro".

O fenômeno do filtro bolhas, por sua vez, refere-se à fragmentação da realidade digital e à formação de bolhas de filtragem cognitiva que limitam a diversidade de perspectivas e informações a que os usuários são expostos. Os algoritmos de recomendação de conteúdo em plataformas digitais criam um ambiente personalizado que reforça as visões de mundo



preexistentes dos usuários. Essa fragmentação da realidade compromete a esfera pública e o debate democrático, favorecendo a polarização e a desinformação.

A problemática é evidente, uma vez que conforme Eli Pariser (2012) desde dezembro de 2009, já não se verifica a existência de um único Google. Atualmente, os resultados de busca são personalizados de acordo com cada usuário, o que significa que indivíduos distintos podem obter resultados completamente diferentes para uma mesma consulta. Essa personalização dos algoritmos de busca pode levar à percepção equivocada de imparcialidade por parte dos usuários, quando na realidade os mecanismos estão cada vez mais adaptados às visões de mundo individuais. Dessa forma, o monitor do computador torna-se um espelho que reflete os interesses de cada usuário, baseando-se na análise algorítmica dos cliques realizados.

A personalização algorítmica dos resultados de busca, por tanto, apresenta perigos significativos ao fragmentar a realidade em múltiplos mundos individuais. Ao oferecer informações que se alinham com as visões de mundo e interesses de cada usuário, esses algoritmos podem criar câmaras de eco digitais, reforçando vieses e limitando a exposição a perspectivas diversas. Isso não apenas perpetua a polarização e a desinformação, mas também compromete a compreensão compartilhada da realidade. Isso leva a uma crescente rigidez mental, uma espécie de “calcificação² da alma”.

De acordo com Deibert (2019), o ambiente das mídias sociais favorece conteúdos emotivos, divisivos e extremados em detrimento de narrativas concorrentes ou complexas. A busca por consenso e verdade de forma racional e deliberada está sendo substituída por uma cacofonia de opiniões, deteriorando o discurso público. Diante da sobrecarga de informações, os consumidores recorrem a atalhos cognitivos que reforçam suas crenças pré-existentes, enquanto os algoritmos das redes sociais os direcionam para “bolhas de filtros”, nas quais as pessoas se sentem confortáveis e ideologicamente alinhados.

2 O termo “calcificação” é oriundo do livro *The Bitter End*, de John Sides, Chris Tausanovitch e Lynn Vavreck. Nesse contexto, eles propõem a substituição do conceito de polarização partidária pelo de calcificação no contexto atual, argumentando que as opiniões políticas dos eleitores passaram por um processo de engessamento, tornando-se parte integral da identidade de cada indivíduo.



Dessa forma, constata-se que a personalização algorítmica, presente em diversas plataformas digitais, molda ativamente a experiência de cada usuário, influenciando suas percepções e escolhas. Esta prática, ao priorizar conteúdos alinhados com o histórico de navegação e interações, reforça bolhas de filtragem cognitiva, limitando a exposição a perspectivas divergentes e desafiando a autonomia do pensamento individual. A fragmentação resultante compromete a esfera pública, favorecendo polarização e desinformação, destacando a necessidade urgente de maior transparência e regulação nesse contexto.

4. O NASCIMENTO DA CIVILIZAÇÃO ARTIFICIAL E A PERDA DA AUTONOMIA PESSOAL

O avanço da revolução digital e, mais recentemente, da revolução da inteligência artificial, marcados por rápidas inovações tecnológicas (vigilância online, coleta de dados, bolha e algoritmos personalizados), introduzem desafios inéditos ao panorama contemporâneo. De acordo com Lassalle (2019), tais tecnologias estão remodelando as estruturas de poder e governança, culminando na emergência de uma nova forma de soberania, a qual ele denomina "Ciberleviatã". Esta nova ordem propõe uma reavaliação fundamental das dinâmicas tradicionais de controle e autoridade no âmbito global.

Inspirado no *Leviatã* de Thomas Hobbes, este conceito moderno reflete uma centralização de poder não mais nas instituições estatais tradicionais, mas nas infraestruturas tecnológicas que permeiam todos os aspectos da vida social. Esse poder tecnológico emergente, ao subverter as bases da democracia liberal, ameaça a autonomia e os direitos que foram pilares de sistemas políticos por séculos. A introdução deste novo soberano digital na política contemporânea levanta questões profundas sobre a capacidade de adaptação das democracias tradicionais frente aos desafios impostos pelo controle algorítmico e vigilância em massa (LASSALLE, 2019).

A ascensão da inteligência artificial está provocando uma revolução inédita, impulsionando a transição para uma civilização artificial na qual a autonomia humana é posta



à prova por sistemas automatizados. Esse novo paradigma demanda uma revisão substancial das funções tradicionais do ser humano, suscitando debates profundos sobre a forma como a humanidade deve se relacionar com as tecnologias que desenvolveu. Nesse sentido, Lassalle (2024) explora o dilema ético central da era da IA: se a tecnologia nos governará ou se conseguiremos manter o controle sobre ela.

Este cenário é amplificado pelo desenvolvimento contínuo da inteligência artificial. Conforme Lassalle (2024) aponta, a transformação do capitalismo pós-industrial em cognitivo ocasionou a transferência da geração de renda do capital financeiro para o algorítmico, e do trabalho humano para a IA e a robótica. Esta mudança significativa evidencia uma nova dinâmica econômica onde a tecnologia assume um papel central na produção de valor.

A evolução tecnológica na sociedade atual está levando a humanidade a uma nova forma de civilização, regulada por sistemas de inteligência artificial. Segundo Lassalle (2024), estas tecnologias não somente automatizam processos, mas também começam a assumir funções tradicionalmente humanas de interpretação e decisão.

Essa mudança causa espanto, pois a democracia moderna tem suas bases na esfera pública habermaniana. Para Habermas (2003), a esfera pública, representa um espaço essencial para o exercício democrático, no qual indivíduos privados se reúnem para dialogar sobre temas de interesse coletivo e exercer o uso público da razão. O autor introduziu esse conceito em sua obra “Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”. Nesse estudo, ele define a esfera pública como um "lugar do uso público da razão", onde "a opinião pública é formada". Essa esfera é distinta de outros domínios sociais, como o estado, a economia e a família, pois sua função principal é promover o diálogo racional entre cidadãos que buscam a compreensão mútua e a crítica construtiva das ações estatais e políticas.

Em sua análise histórica, Habermas reconstrói a origem e o desenvolvimento da esfera pública na Europa moderna, explorando suas transformações com a ascensão da burguesia nos séculos XVII e XVIII. Nesse período, a esfera pública começou a se expandir, primeiro como uma "esfera pública literária", onde a crítica e o raciocínio se desenvolveram em espaços



como cafeterias e sociedades literárias (FINLAYSON; REES, 2023). Segundo Habermas (2003), as habilidades de raciocínio crítico desenvolvidas pela primeira vez nos periódicos da esfera pública literária foram posteriormente aplicadas à esfera pública política. Essa transição foi marcada pela mudança do foco de discussões literárias para temas de interesse público e político, num contexto em que o estado e as instituições modernas estavam em plena formação.

A importância dessa cultura literária é ressaltada por Byung-Chul Han (2022), pois a era do livro possibilitou a expansão do esclarecimento, um período marcado pelo uso intensivo da razão. Nesta cultura, o discurso público se caracterizava por uma "disposição coerente, regulada, de fatos e pensamentos" (HAN, 2022, p. 26), sustentando a lógica e a complexidade dos debates públicos da época. Os debates entre figuras históricas, como Abraham Lincoln e Stephen Douglas, são exemplos notáveis da profundidade e da substância do discurso político resultante da cultura livresca.

No entanto, com o advento das mídias digitais, testemunhou-se uma degradação significativa do discurso racional que caracterizava anteriormente a esfera pública. Han (2022) critica as mídias eletrônicas de massa por sua estrutura que induz à passividade, afirmando que destroem o discurso racional marcado pela cultura livresca e produzem uma "midiocracia". Este fenômeno resulta em uma simplificação do conteúdo e na redução da participação ativa e crítica no espaço público.

Com a ausência de uma cultura orientada à leitura, verdadeiro oxigênio para a esfera pública, testemunhamos uma migração para uma era em que se observa uma simplificação dos debates públicos. Neste cenário, as discussões políticas são reduzidas a memes virais e muitos indivíduos mostram-se incapazes de articular opiniões bem fundamentadas sobre práticas políticas. Tal fenômeno potencializa a crise da democracia contemporânea, especialmente no contexto das fake news e da pós-verdade.

Neste sentido, conforme apontado por D'Ancona (2018), a crise contemporânea da democracia é exacerbada pelo fenômeno da pós-verdade, onde as convicções pessoais têm precedência sobre evidências objetivas. Nas plataformas de redes sociais, prevalece o



estímulo ao viés de confirmação, em detrimento da promoção de uma disseminação de informações precisa e verificável. Os algoritmos e hashtags das mídias digitais favorecem a exposição dos usuários a conteúdos alinhados com suas preferências e conexões com indivíduos que compartilham de suas visões. Essa dinâmica resulta no reforço contínuo de opiniões preestabelecidas e na perpetuação de falsidades (fake news) que raramente são contestadas.

Em meio a esse cenário de decadência da Esfera Pública habermasiana, cresce a discussão sobre o chamado “governo pela IA”. Conforme discutido por Morozov (2018), essa nova forma de governo ilustra uma transição significativa na abordagem dos processos políticos e de gestão urbana, onde a inteligência artificial e tecnologias correlatas assumem um papel central na identificação e resolução de problemas cotidianos. Este modelo se caracteriza principalmente pela sua eficiência operacional, marcada pelo uso de sensores, Big Data e algoritmos.

Assim, dispositivos móveis equipados com sensores capazes de detectar falhas infraestruturais, como buracos em vias públicas, são apenas um exemplo de como a tecnologia pode agilizar e otimizar a gestão urbana. A partir dessa detecção inicial, algoritmos sofisticados analisam e validam as informações, direcionando-as para centrais de controle que, por sua vez, mobilizam recursos para solucionar tais inconvenientes. Neste sistema, “o algoritmo informa a existência deles [dos problemas], a sala de controle da cidade inteligente registra o problema e envia alguém para solucioná-lo” (MOROZOV, 2019, p. 143).

Contrastando com essa abordagem tecnológica, a prática da política democrática tradicional engaja-se em um processo deliberativo que vai além do mero gerenciamento reativo dos efeitos de problemas urbanos e sociais. Na política democrática, a ênfase recai sobre a identificação das causas subjacentes aos problemas enfrentados pela sociedade. Esse modo de governança se fundamenta na ideia de que as discussões e deliberações devem, em última instância, alinhar-se e ser guiadas por ideais normativos como a justiça. E, tudo isso se desenvolve na esfera pública definida por Habermas. Assim, a política representativa não tem



o condão de apenas resolver problemas sociais, mas defender ideais e o sentimento de representatividade que os cidadãos depositam em seus representantes.

Neste contexto, Morozov destaca que “o propósito da deliberação democrática não é apenas discutir o melhor curso de ação diante de um problema, mas também chegar a uma concepção desse problema capaz de reconciliá-lo com certos ideais, como o da justiça” (MOROZOV, 2019, p. 143). Tal perspectiva enfatiza a importância de uma reflexão mais profunda sobre os problemas, não se limitando à sua mera solução, mas procurando inseri-los em um contexto histórico e ideológico mais amplo, visando a promoção de uma compreensão holística e integrada que coadune com os valores e objetivos mais abrangentes da sociedade.

Essas duas abordagens, embora distintas, refletem um diálogo contemporâneo entre tecnologia e política, onde cada uma oferece diferentes benefícios e enfrenta seus próprios desafios. O “governo pela IA”, com sua capacidade de resposta rápida e eficiente, propicia uma gestão mais ágil de questões práticas, mas pode carecer de profundidade na consideração de questões éticas e morais.

Em contrapartida, a política democrática tradicional, formada pela esfera pública, ao enfocar causas e contextos mais amplos, promove uma governança mais reflexiva e alinhada com os valores democráticos, embora muitas vezes com uma eficiência operacional reduzida. A escolha entre essas modalidades de governança não é meramente técnica, mas profundamente filosófica, envolvendo considerações sobre o tipo de sociedade que desejamos construir e sustentar no futuro.

Dessa forma, a crescente inserção da inteligência artificial e de tecnologias correlatas no âmbito da governança pública, de modo que passa a existir uma civilização artificial, sugere uma potencial reconfiguração do próprio conceito de política. Ao substituir a deliberação reflexiva e baseada em princípios por uma administração pautada na eficiência técnica e na resposta imediata a problemas concretos, emergem preocupações significativas sobre a “morte da política” tal como a conhecemos.

Esta transição para um “governo pela IA” pode significar a erosão gradual dos espaços tradicionais de debate público, onde as decisões não são apenas tomadas, mas profundamente



ponderadas em relação a valores como justiça, igualdade e liberdade. Em um cenário dominado pela tecnologia, a política como prática deliberativa e participativa corre o risco de ser diminuída a procedimentos automatizados que, embora eficientes, podem falhar em capturar e respeitar a complexidade e a diversidade de perspectivas humanas. Assim, a ascensão da IA na governança poderia não apenas transformar, mas extinguir potencialmente a política como um espaço vital de engajamento cívico e articulação de aspirações coletivas, substituindo o diálogo humano por decisões algorítmicas.

5. CONCLUSÃO

A análise dos fenômenos do pós-humanismo, filtro bolhas, personalização algorítmica e o nascimento de uma civilização artificial revela um panorama complexo e multifacetado das transformações em curso na sociedade atual. Esses fenômenos, que estão intimamente entrelaçados, têm reconfigurado profundamente a experiência humana na era digital, desafiando concepções tradicionais de identidade, autonomia e esfera pública.

O avanço do pós-humanismo, representado pela crescente fusão entre seres humanos e máquinas, coloca em questão as fronteiras entre humano e não humano, abrindo espaço para uma multiplicidade de identidades e formas de ser. Esse fenômeno tem implicações profundas para a noção de existência humana, desafiando a ideia de uma essência humana imutável e questionando a validade das categorias tradicionais de identidade.

Por sua vez, o fenômeno do filtro bolhas contribui para a fragmentação da realidade digital, limitando a diversidade de perspectivas e informações a que os usuários são expostos. Essa fragmentação compromete a esfera pública e o debate democrático, favorecendo a polarização e a desinformação. A formação de bolhas de filtragem cognitiva reforça visões de mundo preexistentes dos usuários, impedindo o encontro e o diálogo entre diferentes pontos de vista.

A personalização algorítmica molda ativamente a experiência digital de cada usuário, influenciando suas percepções e escolhas. Ao priorizar o conteúdo com base no histórico de



navegação e interações do usuário, esses algoritmos reforçam bolhas de filtragem cognitiva, limitando a exposição a perspectivas divergentes e desafiando a autonomia do pensamento individual e da própria liberdade.

No âmbito democrático, observa-se uma transição para uma "civilização artificial", na qual a autonomia pessoal é profundamente desafiada pelo avanço da inteligência artificial e tecnologias correlatas. É que esse fenômeno gerou o chamado "Ciberleviatã", o qual possui uma nova forma de soberania centrada não mais nas instituições estatais, mas na infraestrutura tecnológica que permeia todos os aspectos da vida social.

Esse poder tecnológico, ao subverter as bases da democracia liberal, coloca em risco a autonomia e os direitos que fundamentaram os sistemas políticos por séculos. A IA e a robótica estão redefinindo não só os processos econômicos, mas também as funções tradicionalmente humanas. O governo pela IA representa uma perigosa ameaça à democracia tradicional, ao retirar o ser humano do debate público característico da Esfera Pública.

Em conjunto, esses fenômenos apresentam desafios significativos para a capacidade de pensamento individual e para a noção de existência na era digital. A máxima cartesiana "*Cogito, ergo sum*" (Penso, logo existo) é posta à prova diante da influência crescente da tecnologia digital em nossas vidas.

Tal constatação ganha relevância à medida que os algoritmos, cada vez mais predominantes, orientam não apenas decisões triviais (indicação de filmes, livros, etc), mas também aspectos fundamentais de nossas vidas, desde preferências de consumo (viagens, ramo de estudo, etc) até escolhas de interações sociais (sugestão de amizades online). Nesse contexto, emerge a preocupação com os possíveis efeitos limitantes e até mesmo supressores do exercício da deliberação racional, repercutindo em múltiplos domínios da existência humana.

Diante desse cenário, torna-se urgente uma reflexão ética e crítica sobre as implicações desses fenômenos para a existência humana. A compreensão das interconexões entre pós-humanismo, filtro bolhas, personalização algorítmica e civilização artificial é crucial para orientar políticas públicas e práticas éticas no uso da tecnologia digital. Somente por meio de



uma abordagem consciente e reflexiva podemos aspirar a uma convivência mais democrática, pluralista e humana na era digital.

REFERÊNCIAS

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News. Tradução: Carlos Szlak. - 1.ed - Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEIBERT, Ronald. The Road to Digital Unfreedom: Three Painful Truths About Social Media. **Journal of Democracy**, vol. 30, no. 1, Jan. 2019, pp. 25-39. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-road-to-digital-unfreedom-three-painful-truths-about-social-media/>. Acesso em: 12 jan. 24.

FAUSTINO, André. **A Sociedade do Silêncio**: Inteligência artificial e a proteção da privacidade. 1ª Edição, Lura Editorial – São Paulo – 2023.

FINLAYSON, James Gordon; REES, Dafydd Huw. Jürgen Habermas. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (edição de inverno de 2023). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/habermas/#PublSphe>. Acesso em: 26 abr. 24.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. Tradução de Paulo Geiger. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LASSALLE, José María. **Ciberleviatán**: El colapso de la democracia liberal frente a la revolución digital. - 1ª ed. Barcelona: Arpa, 2019.

LASSALLE, José María. **Civilización Artificial**. Sabiduría o substitución: el dilema humano ante la IA. - 1ª ed. Barcelona: Arpa, 2024.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Traduzido por Claudio Marcondes. - São Paulo: Ubu Editora, 2018.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

PARISER, Eli. **O filtro invisível:** o que a internet está escondendo de você. Tradução de Diego Alfaro. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. Inteligencia Artificial y Posthuma-nismo. In: PINTO, Henrique Alves; GUEDES, Jefferson Carús; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira (coord.). **Inteligência Artificial aplicada ao processo de tomada de decisões.** Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

Recebido em: 20/09/2024

Aprovado em: 19/10/2024

Publicado em: 24/11/2024